

Mário Jorge
Barroca

.0 *Aron* de Castelo Mendo

O Aron de Castelo Mendo

Um novo testemunho sefardita na Beira Interior

Por Mário Jorge Barroca

A vila de Castelo Mendo, com os seus dois recintos muralhados medievais, constitui um conjunto patrimonial do máximo interesse¹. A implantação deste pequeno burgo, na margem esquerda do rio Côa, ajuda a compreender a atenção que a coroa portuguesa lhe reservou ao longo de todo o Séc. XIII e nas centúrias seguintes. Com efeito, até à assinatura do Tratado de Alcanices, em 12 de Setembro de 1297, a linha de fronteira que separava Portugal do reino de Leão e Castela passava pelo vale do rio Côa². Castelo Mendo era, assim, povoação raiana da máxima importância estratégica, que se articulava com outros pontos fortificados - como Pinhel, Vila do Touro e Sortelha - formando a primeira linha de defesa do reino. Erguida em frente a Castelo Bom (que até 1297 permaneceu na posse leonesa), a povoação de Castelo Mendo assumia-se como guardiã de um dos pontos de passagem do rio Côa - o "Porto de S. Miguel", um vau de raízes ancestrais que constituía um dos tradicionais pontos de penetração no reino³.

¹ Sobre Castelo Mendo veja-se João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. II, Lisboa, 1945, pp. 171-178; José Avelino Gutiérrez González, Carmen Benítez González e Hortênsia Larrén Izquierdo, "Las Pueblas Fronteirizas entre León y Portugal en los Siglos XII y XIII: "Ciudadelas" de Riba-Côa (Beira, Portugal)", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXIV, 3-4, Porto, 1994, pp. 381-404; Amorim Carvalho, *Castelo Mendo. Um conjunto histórico a preservar*, s/l, 1995; Vítor M. L. Pereira Neves, *As Aldeias Históricas de Marialva, Linhares e Castelo Mendo - Conjuntos Históricos a Valorizar*, Lisboa, 1996; Margarida Tavares da Conceição, "Castelo Mendo: A partir de um espaço urbano medieval", / *Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 1998 (no prelo).

² Vd., entre outros, o clássico estudo de Rui de Azevedo, "Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa antes do Tratado de Alcanices (1297)", *Biblos*, vol. X, Coimbra, 1934, pp. 454-466, e a "Introdução" que Luís Filipe de Lindley Cintra escreveu em *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2ª ed., Lisboa, INCM, 1984, pp. XXIII e ss.. A problemática em torno das fronteiras de Portugal e o reino de Leão e Castela antes e depois da assinatura de Alcanices foi revista recentemente em dois congressos internacionais: *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1998; e *O Século de Alcanices (1250-1350) - IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2 vols., Porto, F.L.U.P., 1999.

³ No Foral de Castelo Mendo, de 1229, o Porto de S. Miguel é designado "*Portum Mauriscum*". A importância deste ponto de passagem do rio Côa viria a ser consagrada, já depois da assinatura do Tratado de Alcanices, pela construção de uma ponte de pedra, um processo semelhante ao que ocorreu em Rapoula do Côa e Caria Atalaia. Na realidade, depois da assinatura do Tratado, em 1297, o vau de Rapoula do Côa também foi dotado de uma ponte pétrea. O povoado de Caria Atalaia, na margem Leste do Côa, acabaria por entrar em decadência e ser abandonado.

A descida de Castelo Mendo até ao Porto de S. Miguel é feita por calçada medieval que teve diversas empreitadas de reconstrução, trabalhos vicinais que, nalguns casos, foram datados por inscrições (cf. Amorim de Carvalho, *Castelo Mendo. Um conjunto histórico a preservar*, ed. do Autor, 1995, p. 26). Numa delas reconhecemos a data de 1725.

A condição raiana de Castelo Mendo não impediu, no entanto, que a vila alcançasse alguma importância demográfica, como se espelha no facto de ter tido, ao longo da Idade Média, dois sistemas muralhados, erguidos num curto espaço de tempo, e de ter albergado três paróquias distintas⁴. Com efeito, quem percorrer a vila de Castelo Mendo depara com duas muralhas: uma cerca mais antiga, que se desenvolve a uma cota mais elevada, envolvendo a coroa do monte, e uma segunda cerca, mais recente e mais ampla, dentro da qual ainda se abriga a maior parte do actual povoado.

A muralha mais antiga (Fig. 1, A), que apresenta aparelho de construção ainda sem siglas, encontra-se hoje votada ao abandono. No interior do seu recinto ergue-se, ao centro, a arruinada Igreja de St.^a Maria, onde se podem observar vestígios de frescos (Fig. 1, D). A Igreja encontra-se hoje desprovida de telhado mas numa pequena capela lateral, que se rasga na parede Sul da Nave, sobrevive um pequeno e interessante tecto de alfarge, mudéjar, dos finais de Quatrocentos ou dos inícios da centúria seguinte⁵. Foi neste recinto superior que floresceu o primitivo burgo de Castelo Mendo. A Norte da Igreja de St.^a Maria, entre o velho templo e o povoado actual, ainda se conservam algumas habitações que, apesar de abandonadas, permitem adivinhar parte do traçado urbano da vila, evidenciando sintomas de urbanismo criado. Num afloramento rochoso nas imediações do templo encontra-se gravado um tabuleiro de jogo, possivelmente medieval.

É dentro deste sistema defensivo mediévíco que, ocupando o ângulo Sudeste, se implanta o castelo de Castelo Mendo (Fig. 1, B). Duarte d'Armas, que percorreu o reino em 1509-1510 recolhendo elementos para o seu *Livro das Fortalezas*, ainda teve oportunidade de desenhá-lo em bom estado de conservação⁶. Uma parte do adarve ainda se apresentava coroado por ameias e, na vista tirada de Norte, é visível a Torre de Menagem, que ainda conservava telhado e merlões⁷. Hoje o castelo encontra-se reduzido a ruínas mas ainda se pode admirar a muralha que o isolava do resto do povoado civil, na qual se rasga, ao centro e voltada a Noroeste, uma porta com arco de volta perfeita (Fig. 1, n.º 2). Dentro do seu pátio encontra-se a cisterna que assegurava o fornecimento de água em caso de cerco. A Torre de

⁴ No Catálogo de 1320-21 registam-se, na "Terra de Castelo Mendo", as Igrejas de S. Vicente, de St.^a Maria e de S. Pedro, sede de outras tantas paróquias - cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 2ª ed., Porto, Liv. Civilização, 1971, p. 121. As Igrejas de St.^a Maria e de S. Pedro já se encontram referidas em documento de D. Dinis, de 1292, em que o monarca entrega diversos templos à Sé de Viseu (cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, Lisboa, INIC, 1992, doe. 202, uma confirmação de D. Afonso IV, datada de 1339, que transcreve integralmente o diploma de D. Dinis). Os direitos episcopais de Castelo Mendo foram objecto de uma prolongada disputa entre os Bispados de Viseu e da Guarda ao longo de quase toda a primeira metade do Séc. XIII, desde [1200-1216] até 1249, quando se chegou a acordo - cf. António Domingues Sousa Costa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, 1963, pp. 280-292.

⁵ Vd. Pedro Dias, "Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de Sistematização", *Maré Liberum*, vol. 8, Lisboa, CNCDP, Dezembro de 1994, p. 82.

⁶ Vd. Duarte d'Armas, *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2ª ed., Lisboa, INAPA, 1997, fl. 68v.º-69 (perspectiva tirada de Leste), fl. 69v.º-70 (vista de Norte) e fl. 128 (planta).

⁷ A implantação da Torre de Menagem encontra-se registada igualmente na planta do castelo de Castelo Mendo, no fl. 128.

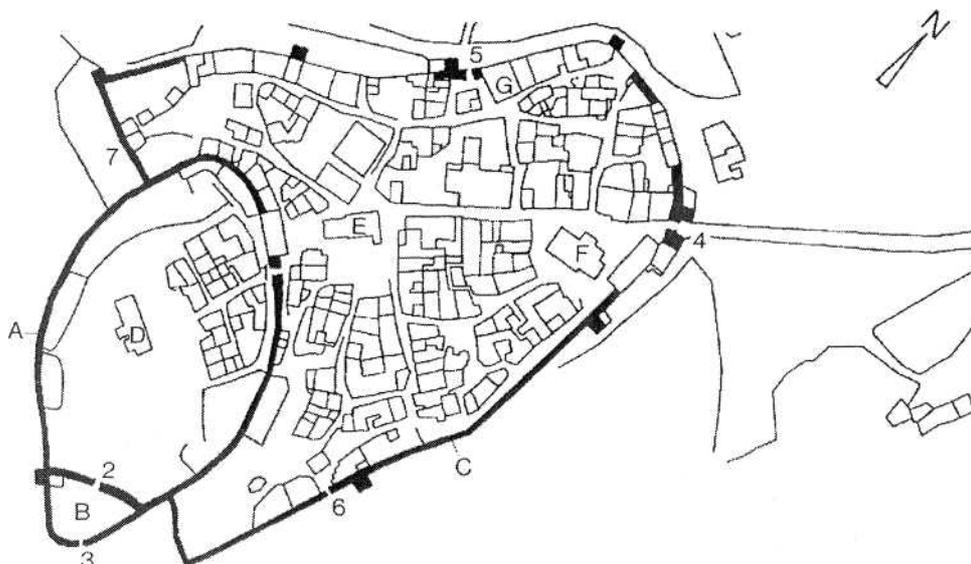


Fig. I - Planta de Castelo Mendo.

Menagem, que, como Duarte d'Armas registou, se erguia adossada a esta muralha, à direita de quem entra no recinto, desapareceu quase por completo. No extremo Sudeste da fortificação, abrindo-se sobre uma escarpa rochosa de difícil acesso, encontra-se a "Porta da Traição", a segunda e última porta do castelo, que o Pintor Régio não se esqueceu de assinalar na perspectiva tirada de Leste (Fig. 1, n.º 3).

Castelo Mendo encontra-se documentado pelo menos desde 1202. Na realidade, o Marquês de Abrantes inventariou um selo deste burgo num documento de Junho de 1202, que se reporta a bens que o Mosteiro de S. Vicente de Fora possuía no termo de Castelo Mendo⁸. O selo do concelho apresenta, ao centro, um castelo com três torres (a central flanqueada por dois escudetes carregados com besantes), e na orla a legenda «SIG(illum) CONCILLI/CASTRO MENENDI». Desta forma, para além de constituir o mais antigo testemunho documental para Castelo Mendo, este diploma assegura-nos, ainda, que o poder concelhio se encontrava plenamente organizado, a ponto de já possuir selo⁹.

Castelo Mendo recebeu Carta de Foral das mãos de D. Sancho II, em 15 de Março de 1229¹⁰. Alguns autores, apoiando-se na tradição popular, atribuem a este monarca a iniciativa de erguer primeira cerca muralhada de Castelo Mendo. De resto, ainda hoje a porta principal deste sistema defensivo, que se abre voltada a Norte, é conhecida popularmente como a

⁸ D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes - *O Estudo da Sigiografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1983, N.º 94, pp. 147-148. O Marquês de Abrantes regista mais selos de Castelo Mendo (cf. *op. cit.*, N.º 117, de 1226; N.º 128, de 1230; e N.º 203, de 1258).

⁹ O selo de Castelo Mendo é, ainda, o mais antigo dos selos de concelhos portugueses que se conhece - cf. José Mattoso, *Identificação de um País*, vol. I, Lisboa, Ed. Estampa, 5ª ed., 1995, p. 387.

¹⁰ PMH, Leges, pp. 610-612.

"*Porta de D. Sancho II*" (Fig. 1, n.º 1). No entanto, julgamos que se pode afirmar com total segurança que a construção dessa muralha é anterior a esse reinado. Com efeito, no foral que o monarca assinou em 1229 encontramos uma referência à muralha e à precoce tendência para o desenvolvimento do arrabalde de Castelo Mendo. Nesse diploma, logo a abrir, o monarca determinava:

"In primis mando quod populetis cabeçam ipsius Castelli Menendi, ita quod semper sit populata de melioribus hominibus de villa clericis et laici; et nunquam de hoc decedat licet populatores volverint extra castellum morari, ut semper sit plene populata ..."

188

A preocupação do rei - de assegurar que os melhores homens de Castelo Mendo, quer clérigos quer civis, residissem dentro do castelo - revela que esse espaço já era muralhado no momento em que o Foral foi outorgado e que já era sensível a tendência para as populações se fixarem no arrabalde de S. Pedro, que se desenvolvia fora de muros, na vertente Norte do morro do castelo. Entre as medidas que D. Sancho II tomou em 1229 para incentivar o povoamento do burgo regista-se a instituição de um mercado semanal, que se reunia todos os Domingos no interior do castelo, e a realização de feira três vezes por ano, com uma duração de oito dias:

*"Mando quod in Castello fiat semper mercatum de pane, de carne, de piscibus, et de aliis rebus venalibus: et mando quod qui duxerit carregas pro ad vendendum, aut alias causas, ducat omnes illas ad locum ubi mando fieri mercatum, et ibi preconizentur et vendantur tam carnes quam pisces, quam omnia alia ... Mando eciam quod feyra generale fiat tribus vicibus in anno, scilicet in Pascha, et in Festo Sancti Johannis Bapteste, et in Festo Beati Michaelis, et qualibet feyra duret per VIII¹⁰ dies ... Mando eciam quod in qualibet septima-na habeatis mercatum in die Dominica ..."*¹².

Como Virgínia Rau sublinhou, a feira de Castelo Mendo é, dentro daquelas cuja organização é conhecida, uma das mais antigas feiras medievais portuguesas¹³.

O Foral de 1229 garante-nos que a muralha superior de Castelo Mendo é obra anterior a esse ano. Na realidade, acreditamos que ela terá sido erguida durante o reinado de D. Sancho I, nos fins do Séc. XII ou inícios do Séc. XIII, coincidindo, portanto, com as primeiras referências documentais conhecidas para o povoado. A iniciativa régia poderia, assim, ser enquadrada no contexto das tensões fronteiriças que se sentiram entre Portugal e o reino de Leão e Castela nos finais do Séc. XII¹⁴, que estiveram na origem de outras empresas de fortificação de um e outro lado da fronteira.

O rápido crescimento de Castelo Mendo deu origem de um importante arrabalde que se começou a formar na vertente Norte, a única que facultava acesso ao castelo, em torno do eixo

¹ PMH, *Leges*, p. 610.

² PMH, *Leges*, pp. 610-611.

³ Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1982, pp. 69-70. Parece claro que o Foral se reporta a Castelo Mendo (freg. do cone. de Almeida) e não a Vila Mendo (lugar da freg. de Vila Fernando, cone. da Guarda), como, na esteira dos *Leges*, atribuiu esta Autora.

⁴ Vd., entre outros, José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 97-98.

de acesso à Porta dita "*de D. Sancho II*". A existência deste arrabalde, como acabamos de ver, já se detecta no Foral de 1229. Na zona extra-muros seria erguida a Igreja de S. Pedro, um templo que, infelizmente, sofreu uma reconstrução moderna que eliminou os testemunhos medievais (Fig. 1, E). A importância demográfica que, apesar das disposições do Foral de 1229, este bairro conseguiu rapidamente adquirir levou a que, ainda no Séc. XIII ou já nos inícios da centúria seguinte, a vila de Castelo Mendo fosse dotada de uma segunda linha de muralhas, mais ampla, que veio defender o casario que se tinha desenvolvido em torno da Igreja de S. Pedro (Fig. 1, C). Esta nova muralha, obra do tempo de D. Dinis⁵, apresenta várias características típicas das defesas góticas. Com efeito, o aparelho de construção é siglado, como era usual na época, e a muralha, ao contrário da cerca mais antiga, apresenta-se flanqueada por vários torreões (de que sobrevivem oito, todos de planta quadrangular). Registemos, ainda, a multiplicação do número de portas na muralha, espelho de uma vida urbana mais dinâmica e da nova confiança que era depositada nos mecanismos de defesa do muro. Ao contrário da cerca românica, que apresentava apenas uma abertura para o exterior, a segunda muralha de Castelo Mendo ostenta quatro portas: a *Porta da Vila*, a porta principal do burgo, que se rasga voltada a Nordeste, enquadrada por dois torreões de planta quadrada (Fig. 1, n.º 4); a *Porta da Guarda*, voltada a Noroeste, que garantia acesso ao Jarmelo e à cidade da Guarda (Fig. 1, n.º 5); a *Porta do Sol*, voltada a Leste, que garantia o acesso à calçada que descia até ao Porto de S. Miguel (Fig. 1, n.º 6); e uma quarta porta sem nome conhecido, rasgada no pano de muralha voltado a Sul, que Duarte d'Armas desenhou entaipada e que ainda hoje assim sobrevive (Fig. 1, n.º 7)⁶. Pouco depois de ter sido erguida esta segunda muralha o arrabalde de S. Pedro foi dotado de um novo templo, que se implantou na periferia do novo espaço amuralhado, não muito longe da *Porta da Vila*. Referimo-nos à Igreja de S. Vicente (ou da Misericórdia), detentora, também ela, de magníficos tectos de alfarge, mudéjares, dos finais do Séc. XV ou dos inícios de Quinhentos (Fig. 1, F)⁷.

⁵ A intervenção deste monarca em Castelo Melhor encontra-se registada na Crónica de 1419 - cf. *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, p. 164. Rui de Pina também alude essa iniciativa - cf. Rui de Pina, *Crónica dei Rei D. Dinis*, ed. de M. Lopes de Almeida, Porto, 1977, p. 312. Sobre o movimento de reforma das estruturas defensivas do reino, encetado por D. Dinis, veja-se Mário Jorge Barroca, "D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa", *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. 1, Porto, F.L.U.P., 1999, pp. 801/822.

⁶ Cf. Duarte d'Armas, *livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2ª ed., Lisboa, INAPA, 1997, fl. 69vº-70 (perspectiva de Norte). Esta quarta porta da muralha de Castelo Mendo passa despercebida por estar totalmente encoberta por uma construção moderna (uma garagem), sendo apenas visível na face externa da muralha, num recanto de difícil acesso.

⁷ Cf. Pedro Dias, *op. cit.*, 1994. A Igreja de S. Vicente apresenta tectos de alfarge na Capela-Mor e na Nave do templo, os quais se encontram actualmente em restauro. A ausência de referências à Igreja de S. Vicente no documento de D. Dinis de 1292 (*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, Lisboa, INIC, 1992, doe. 202) e a sua menção no Catálogo de 1320-21 fornece elementos cronológicos preciosos sobre a época da fundação deste terceiro templo paroquial de Castelo Mendo e dados importantes para a compreensão do ritmo de expansão do burgo. Como seria previsível, a construção da segunda linha de muralhas de Castelo Mendo deve ter acelerado a expansão do arrabalde de S. Pedro, que se viu dotado de nova Igreja. O Pároco da Igreja de S. Vicente era da apresentação do Mosteiro de S. Vicente de Fora, uma instituição monástica que, como vimos, desde pelo menos inícios do Séc. XIII tinha fortes interesses nesta área.

D. Dinis, para além de ter reformulado os sistemas defensivos de Castelo Mendo, construindo a segunda muralha, desempenhou papel importante no devir desta povoação confirmando, a 16 de Dezembro de 1281, o Foral de D. Sancho II e outorgando dois dias depois, a 18 de Dezembro de 1281, uma nova Carta de Feira¹⁸. No entanto, a importância de Castelo Mendo viu-se seriamente abalada com a assinatura do Tratado de Alcanices e a incorporação das terras de Riba-Côa no reino de Portugal. A diminuição do seu valor estratégico depois de 1297 acabaria por atrair os primeiros sintomas de decadência. O burgo, que demonstrara uma dinâmica demográfica importante ao longo do seu primeiro século de existência, acabaria por necessitar de novos incentivos para se manter povoado. Em 11 de Setembro de 1387 D. João I instituiu Couto de Homiziados, revelando, indirectamente, as dificuldades de povoamento que já se faziam sentir¹⁹.

A 1 de Junho de 1510 D. Manuel I deu Foral Novo a Castelo Mendo. Sensivelmente por essa altura, a vila seria dotada de um pelourinho de gaiola, manuelino, que foi erguido junto da Igreja de S. Vicente, no novo centro cívico de Castelo Mendo²⁰. É natural que o pelourinho seja ligeiramente anterior ao Foral Novo uma vez que Duarte d'Armas já teve ensejo de o desenhar no Livro das Fortalezas, uma obra realizada em 1509-1510.

O Aron de Castelo Mendo

Junto da "Porta da Guarda" de Castelo Mendo - a porta ocidental do segundo sistema muralhado da vila - encontra-se um edifício que a população designa como o "antigo Hospital da Misericórdia" (Fig. 1, G), uma construção sobre a qual iremos, agora, deter a nossa atenção.

O edifício em questão remonta aos meados ou, mais provavelmente, à segunda metade do Séc. XVI, ostentando influências renascentistas em diversos pormenores ornamentais (Fig. 2). Trata-se de uma construção pétreia, de dois andares (rés-do-chão e piso sobradado), com cantaria de boa qualidade²¹. A sua fachada principal, voltada a Leste, apresenta, no andar térreo, uma porta rectangular ampla, com ombreiras de moldura simples e lintel recto. Neste incluiu-se, ao centro, uma carteia renascentista com motivos fitomórficos, onde outrora esteve gravada a data da construção. Infelizmente apenas se divisa o primeiro dos quatro algarismos - "1..." - estando os restantes indirectamente delimitados. Sobre esta porta, ao nível do primeiro andar, abre-se uma janela da mesma época, com outra carteia esculpida no respectivo lintel, onde se pode ler a legenda religiosa:

SPES MEA DEUS

¹⁸ Cf. Virgínia Rau, *op. cit.*, pp. 99-100. O diploma de D. Dinis instituindo a Feira de Castelo Mendo foi publicado na íntegra por José Marques, "Os Municípios Dionisinos nos finais do Século XIII", *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1998, Apêndice Documental, Doe. N.º 1, pp. 229-230.

¹⁹ Vd. Humberto Baquero Moreno, "Elementos para o Estudo dos Coutos de Homiziados instituídos pela Coroa", reed. in *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1986, p. 110. Em 1527 a povoação de Castelo Mendo contava com 73 habitantes, enquanto que o seu termo tinha, no total, 777 habitantes - cf. Amorim de Carvalho, *Castelo Mendo - Um conjunto histórico a preservar*, s/l, 1996, p. 62-63; J. J. Alves Dias, *Gentes e Espaços (Em torno da População Portuguesa na primeira metade do Século XVI)*, vol. I, Lisboa, FCG/JNICT, 1996, p. 518.

²⁰ O Pelourinho de Castelo Mendo apresenta fuste oitavado e gaiola com oito colunelos.

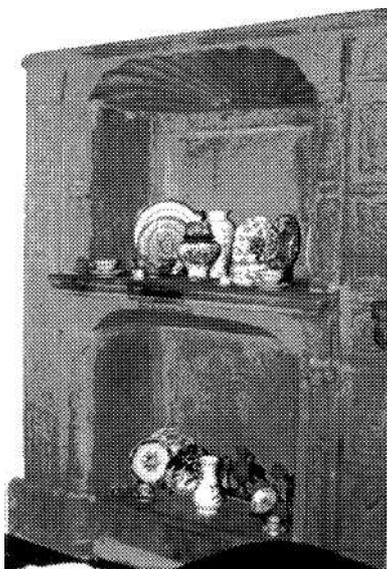
²¹ A casa é hoje pertença do Sr. Eurico Fernandes. À sua filha - que amavelmente nos permitiu a visita do interior da habitação - expressamos o nosso reconhecimento.



Fig. 2 - Fachada principal da Casa do "Hospital da Misericórdia".

("A minha esperança é Deus")²². Este letreiro foi gravado com alfabeto capital, que domina de novo a epigrafia portuguesa a partir da década de 30 do Séc. XVI. Para economia de espaço, as últimas letras de cada palavra encontram-se incluídas nas precedentes. O edifício é rematado por um lacrimal com moldura em ducina (côncavo-convexa) interrompida, a meio, por pequeno modilhão que suporta uma cruz. Nota-se, na maneira como a fachada se organiza, que houve uma preocupação de equilíbrio e simetria uma vez que todos os elementos que compõem o prospecto desta construção se encontram alinhados segundo um eixo comum, que percorre a fachada sensivelmente a meio. Com efeito, a porta, a janela e a cruz possuem um alinhamento comum. A direita da porta original abriu-se uma segunda porta, despida de qualquer ornamento, que escapa à regra de composição da fachada e que foi, obviamente, rasgada numa fase muito mais tardia. Imediatamente à direita desta segunda porta encontramos o limite da primitiva construção: o aparelho de construção, com silhares esquadriados, de boa qualidade, é abandonado para dar lugar a um aparelho irregular, dominado por pedra miúda sumariamente aparelhada e com as juntas tomadas com argamassa. A ampliação da primitiva construção foi, portanto, feita para ser rebocada (o que não devia acontecer com o primeiro edifício). Esta construção assinala a penetração, em Castelo Mendo, da sensibilidade renascentista de influência italiana, que aparece em Portugal durante o reinado de D. João III e que sucedeu a um primeiro renascimento de matriz naturalista - o Manuelino - representado em Castelo Mendo por intermédio de diversas construções civis.

²² A inscrição foi publicada por Amorim Carvalho, *Castelo Mendo. Um conjunto histórico a preservar*, s/l, 1995, p. 54, e por Vítor M. L. Pereira Neves, *As Aldeias Históricas de Marialva, Linhares e Castelo Mendo, conjuntos históricos a valorizar*, Lisboa, 1996, p. 122.

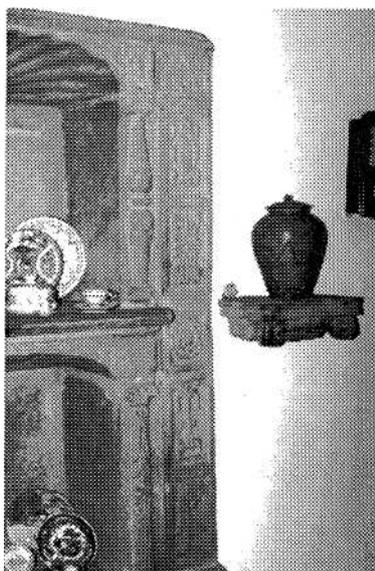


Como referimos, esta construção, que hoje é uma casa de habitação particular, é tradicionalmente identificada como sendo o "antigo Hospital da Misericórdia"²³. No entanto, devemos ressaltar que não encontramos qualquer elemento - documental ou de outra natureza - que permita alicerçar melhor essa suposição popular. Apenas a legenda religiosa, na cartela da janela do primeiro andar, poderá fazer crer que se destinasse a uma função mais altruísta, como a da assistência, mas não parece ser suficiente para o garantir. É dentro deste edifício que se preserva o testemunho que esteve na origem desta pequena nota. Na realidade, subindo ao primeiro andar deparamos com um compartimento rectangular que é iluminado pela janela renascentista acima descrita. Aqui, embutido na parede Leste, encontramos um armário de granito com uma curiosa organização (Fig. 3). A

Fig. 3 - Armário de granito com uma curiosa organização (Fig. 3). A

Mendo (Séc. XVI). peça? com trabalho de cantaria de algum mérito, apresenta-se dividida em duas partes por uma prateleira, também de granito, que a percorre sensivelmente a meia altura. O armário é delimitado por duas pilastras com motivos esculpidos em baixo-relevo (carteias simples, florões inscritos em rectângulos, rosetões circulares, motivos retirados dos grutescos, etc). No ângulo inferior direito é possível reconhecer um dragão, com expressão agressiva, o corpo coberto de escamas e pequena cauda enrolada. Ao lado das pilastras, e acompanhando cada nicho em toda a sua altura, encontramos quatro colunelos. Os dois colunelos superiores apresentam fuste estrangulado a meia altura por anel, enquanto que os dois inferiores ostentam decoração fitomórfica inspirada nos grutescos, que tanto sucesso alcançaram no Renascimento. O nicho inferior apresenta o sobrecéu ornamentado com dois grandes caixotões quadrados enquanto que o nicho superior ostenta sobrecéu com um motivo conchoidal. À direita deste armário encontramos, à cota da sua prateleira, uma mísula de granito de organização jónica, com duas volutas e friso de óvulos (Fig. 4). A ornamentação deste armário remete-nos para os meados ou a segunda metade do Séc. XVI, demonstrando receptividade à gramática decorativa renascentista, com a qual o seu autor estava familiarizado. Esta cronologia confere ainda mais interesse a

Fig. 4 - Mísula do Aron de Castelo Mendo.



²³ Vd., por exemplo, Amorim Carvalho, *Castelo Mendo*. Um conjunto histórico a preservar, s/l, 1995, pp. 53-54.

esta peça. Na realidade, julgamos que o armário pétreo de Castelo Mendo é um *Aron*, o armário sagrado dos Judeus, o que justifica o enorme interesse histórico que uma cronologia tão tardia confere a esta peça²⁴.

O *Aron* - ou *Aron ha-kodehs* - era o armário sagrado, onde os Judeus guardavam a *Torah*, manuscrito em forma de rolo contendo a transcrição do Antigo Testamento. Por isso era também por vezes designado Armário da Lei ou, simplesmente, Arca. O seu espaço era dividido em duas partes porque, para além do Livro da Lei, nele era igualmente guardada a lâmpada (*ner tamid*). E não apresentava portas porque tradicionalmente se encerrava por meio de cortina (*pawkhet*). Ao seu lado era normalmente exposto o *Menorah*, o candelabro sagrado, de sete braços, que se colocava sobre mísula.

O anuário de Castelo Mendo apresenta diversos aspectos que nos levam a classificá-lo como um *Aron*. Trata-se, antes de tudo, de uma peça requintada, concebida em pedra, um material nobre, e não em madeira, como acontece com a esmagadora maioria do mobiliário de uso quotidiano. O cuidado que foi colocado na sua ornamentação adequa-se também melhor a um fim sagrado do que a uma utilização quotidiana. O armário de Castelo Mendo era, ainda, uma peça que se destinava a ser encerrada por meio de uma cortina, não apresentando encaixes para dobradiças. Adopta, assim, uma solução relativamente comum para um *Aron* mas pouco usual no mobiliário de utilização quotidiana. Por outro lado, o facto de se encontrar estruturado em dois espaços autónomos e de se apresentar ladeado por uma mísula vem reforçar ainda mais a nossa ideia. Acrescentemos, ainda, um pormenor de grande importância: o facto de ele se abrir numa parede voltada a Leste, obedecendo, assim, à orientação cultural dos Judeus. No entanto, o principal argumento no qual nos apoiamos para esta classificação é o estreito paralelismo tipológico que une este armário com o *Aron* da Sinagoga de Castelo de Vide, uma peça que se pode atribuir ao Séc. XV. Com efeito, não podemos deixar de sublinhar as extraordinárias semelhanças que se detectam entre o armário de Castelo Mendo e o *Aron* de Castelo de Vide. Este apresenta uma organização similar (Fig. 5): é uma peça esculpida em pedra, que se apresenta dividida em dois grandes espaços, separados por prateleira de pedra, e que possui ao seu

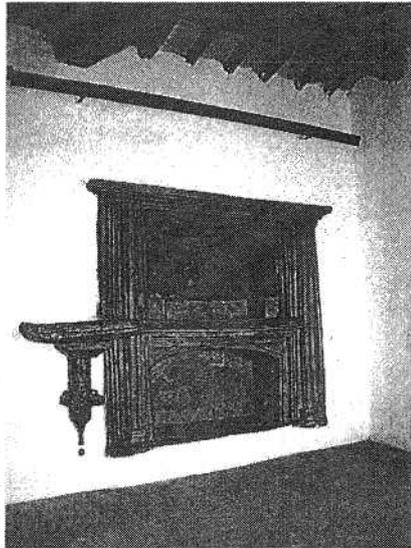


Fig. 5 - *Aron* do Castelo de Vide (Séc. XV).

²⁴ O *Aron* de Castelo Mendo chegou até aos nossos dias quase inédito. A única referência que conhecemos encontra-se na obra de Vítor M. L. Pereira Neves, *As Aldeias Históricas de Marialva, Linhares e Castelo Mendo, conjuntos históricos a valorizar*, Lisboa, 1996, p. 121 (fotog.) e p. 124. O autor classifica o armário como um "Tabernáculo", mas no texto avança com a possibilidade de ter sido criado por "algum prior idoso ou doente que, impossibilitado de percorrer as calçadas, celebrasse a Santa Missa diariamente na sala" (*op. cit.*, p. 124), associando-o, portanto, ao culto cristão.

lado uma mísula para o *Menorah*²⁵. Para além das naturais diferenças estilísticas, o único pormenor que distingue o *Aron* tardo-mediévico de Castelo de Vide do possível *Aron* de Castelo Mendo é a inversão do posicionamento da mísula: em Castelo de Vide ela encontra-se à esquerda do *Aron*, em Castelo Mendo está à sua direita.

A identificação de um *Aron* em Castelo Mendo não constitui, por si só, motivo de surpresa uma vez que são conhecidas referências documentais a judeus nesta vila. Com efeito, Maria José Pimenta Ferro Tavares detectou a presença de vários judeus em Castelo Mendo ao longo do Séc. XV garantindo-nos, assim, que existiu aqui uma comunidade sefardita²⁶. Por outro lado, sabemos como os testemunhos judaicos em Portugal - quer documentais, quer arquitectónicos e epigráficos - revelam uma clara concentração na zona raiana, na qual Castelo Mendo se pode incluir sem qualquer dificuldade. Apenas a título de exemplo, e para além de muitas referências documentais²⁷, assinalemos a sobrevivência de testemunhos sefarditas em Trancoso²⁸, Gouveia²⁹ e Belmonte³⁰. A maioria dos testemunhos documentais conhecidos correspondem a cronologias tardias, o que se pode explicar pela importância do movimento imigratório de judeus castelhanos ao longo de todo o Séc. XV que, naturalmente,

²⁵ Sobre a Sinagoga e o *Aron* de Castelo de Vide veja-se o recente estudo de Carmen Balesteros e Jorge de Oliveira, "A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide", *Ibn Maruan*, n.º 3, Marvão, 1993, pp. 123-152, especialmente pp. 129 e 137-139. O primeiro autor a propor a classificação do armário da Sinagoga de Castelo de Vide como um tabernáculo foi Diamantino Sanches Trindade em *Castelo de Vide - Subsídios para o estudo da Arqueologia Medieval*, Portalegre, 1979, pp. 135-136.

²⁶ Vd. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II, Lisboa, INIC, 1984, p. 44, onde esta Autora regista os nomes de Samuel Querido e Abraão Mocatel, referidos em documento de 1442, e o do físico Mestre Elias, referido em diploma de 1486.

²⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares documentou comunidades judaicas em pelo menos 23 povoações da Beira interior (Castelo Melhor, Marialva, Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Trancoso, Freixedas, Castelo Mendo, Celorico da Beira, Gouveia, Melo, Linhares, Guarda, Sabugal, Belmonte, Covilhã, Penamacor, Fundão, S. Vicente da Beira, Monsanto, Monforte da Beira, Sarzedas e Castelo Branco - cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, Lisboa, INIC, 1982, p. 75).

²⁸ A "Casa do Gato Preto", designação porque é conhecida uma casa quatrocentista de Trancoso, situada na Rua João de Lucena, que apresenta, na sua fachada, um relevo com o Leão de Judá. Esta construção, de rés-do-chão e piso sobradado, apresenta diversos vestígios medievais (o baixo-relevo já referido, duas mísulas e uma fresta) e possui no seu interior uma pequena cisterna, talvez relacionada com o *Mikveh*, o banho ritual - vd. "Vestígios Judaicos" in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte Medieval em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença (no prelo).

²⁹ A Sinagoga de Gouveia, cuja existência conhecemos por via epigráfica, e que deve ter sido o último templo sefardita a ser construído em Portugal (pelo menos de uma forma pública e assumida). Na realidade, a inscrição que comemora a sua construção remonta a 1496, escassos meses antes da expulsão decretada por D. Manuel I (a 5 de Dezembro de 1496). Vd. Manuel Augusto Rodrigues, "A Inscrição Hebraica de Gouveia", *O Instituto*, vol. 130, Coimbra, 1968, pp. 245-267; Elvira Cunha Azevedo e Amílcar Paulo, "Adiciones a la inscripción hebraica de Gouveia (Portugal)", *Sefarad*, vol. XL, Madrid, CSIC, 1980, pp. 309-314; Fernando Díaz Esteban, "Lápidas Judias en Portugal", *Estudios Orientais*, vol. II, Lisboa, UNL, 1991, N.º 10, pp. 209-210; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. III, Lisboa, F.C.G./F.C.T., 2000, Insc. n.º 9, p. 91.

³⁰ Sinagoga documentada por inscrição de 1297 - cf. Samuel Schwarz, "Inscrições Hebraicas em Portugal", *Arqueologia e História*, 6.ª Série, vol. I, Lisboa, 1922, pp. 143-147; Fernando Díaz Esteban, "Lápidas Judias en Portugal", *Estudios Orientais*, vol. II, Lisboa, UNL, 1991, N.º 2, p. 209; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. III, Lisboa, F.C.G./F.C.T., 2000, Insc. n.º 2, p. 86.

se acentuou depois da expulsão decretada pelos Reis Católicos em 30 de Março de 1492, cumprida nos quatro meses seguintes³¹.

Mas, se a presença de um *Aron* em Castelo Mendo não surpreende, já o mesmo não podemos dizer quanto à cronologia desta peça. Na realidade, as características estilísticas do armário obrigam a que lhe seja atribuída uma cronologia muito tardia, mais de meio século posterior à promulgação do decreto manuelino que, por sua vez, ditou a expulsão dos Judeus de Portugal, em 5 de Dezembro de 1496. Estaremos, portanto, perante um inédito testemunho da resistência que certas comunidades sefarditas ofereceram ao decreto régio, não abandonando o reino mas também não abdicando das suas convicções religiosas mais profundas. Isto significa que os Cristãos Novos de Castelo Mendo - que, vivendo num meio tão pequeno, tiveram certamente de assumir publicamente a condição de conversos - preservaram culto privado e clandestino. Continuaram a rezar segundo o rito judaico e a reunir-se semanalmente em torno do *Aron* para assistir à leitura da *Torah* e aprofundar o conhecimento do *Talmud*. A ser assim, o *Aron* de Castelo Mendo revela-se um testemunho de extraordinário interesse histórico e a inscrição da fachada da casa ganha um novo sentido. Na realidade, o seu conteúdo, tão vago, podia adaptar-se a qualquer das duas religiões, não constituindo, por isso, entrave para a sua exposição pública. O seu texto terá sido, portanto, intencionalmente escolhido para figurar na fachada do edifício.

A implantação da habitação onde se localiza o *Aron* revela-se também interessante. Ocupando um lugar periférico dentro da trama urbana de Castelo Mendo, erguendo-se junto da Porta da Guarda e encostada à muralha do burgo, ela obedece a uma das opções mais características para a localização de Judiarias e Sinagogas nos tempos medievais. Na realidade, uma parte significativa das judiarias medievais portuguesas tinha uma implantação periférica, adossando-se muitas vezes a panos de muralha. Assim acontecia, por exemplo, com as Judiarias de Ponte de Lima, Porto, Aveiro, Guarda ou Silves. A casa tradicionalmente atribuída ao "Hospital da Misericórdia" pode, deste modo, memorizar a implantação da Judiaria de Castelo Mendo, se é que algum dia a *aljama* desta vila teve dimensão suficiente para ter um espaço diferenciado³².

³¹ Na realidade, verifica-se um significativo aumento do número de Judiarias em Portugal ao longo do Séc. XV: enquanto que no Séc. XIV se documentam apenas 32 judiarias em Portugal (cf. A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise do Século XIV a XV*, Lisboa, Presença, 1984, p. 35), no Portugal de Quatrocentos registam-se pelo menos 139 judiarias activas (cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, Lisboa, INIC, 1982, p. 75; A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise do Século XIV a XV*, Lisboa, Presença, 1984, p. 37). O aumento das Judiarias e, concomitantemente, do número de Judeus em Portugal explica-se não só pelo decreto castelhano de 1492 mas também por um movimento que percorre toda a centúria de Quatrocentos e que reflecte a crescente tensão anti-judaica que se detecta nos reinos de Navarra, Aragão e Castela desde os meados do Séc. XIV e que culmina nos *pogroms* de 1391.

³² Em Portugal as primeiras disposições legais obrigando os judeus a viverem em espaços apartados foram promulgadas por D. Pedro I e só se aplicavam às comunidades sefarditas de alguma dimensão. Na realidade, o monarca decidiu, nas Cortes de Eivas de 1361, que nas vilas onde houvesse mais de 10 Judeus estes passassem a residir em Judiarias - cf. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC, 1986, p. 52, Art.º 40. Esta medida seria de novo promulgada por D. João I e mantida por D. Afonso V - cf. *Ordenações Afonsinas*, vol. II, Lisboa, FCG, 1984, pp. 455-456, Tít. 76.

Resta, para finalizar, abordar o espaço arquitectónico onde o *Aron* de Castelo Mendo se insere. O culto judaico preservou uma certa variedade de soluções espaciais ao nível das Sinagogas, que podiam ir desde os templos de planta centrada até aos edifícios de planta basilical, com uma ou várias naves, e dotados ou não de abside³³. Estes dois grandes tipos de plantas implicavam diferentes formas de organizar o ritual. No caso das Sinagogas de planta basilical a leitura do Pentateuco era realizada junto do *Aron*, no topo oriental do edifício, por forma a que a atenção dos presentes se orientasse na direcção de Jerusalém. No caso das Sinagogas de espaço centrado a leitura do Pentateuco era realizada no centro, para onde convergia a atenção daqueles que assistiam ao ofício de Sábado. Na Península Ibérica conhecem-se exemplos de sinagogas que obedecem a estas diversas opções espaciais. Dentro dos templos que adoptam planta centrada poderíamos invocar o exemplo português da Sinagoga medieval de Tomar³⁴, ou, na vizinha Espanha, o caso da Sinagoga de Córdoba³⁵. Dentro dos templos de planta basilical registemos, a título de exemplo, a Sinagoga de Santa Maria Ia Blanca, com as suas cinco naves³⁶, ou a Sinagoga dei Transito³⁷, ambas em Toledo. No entanto, quando a comunidade judaica era menos numerosa e não se justificava a construção de uma sinagoga, o culto podia ter lugar num edifício erguido com outro propósito e apenas adaptado a esse fim³⁸. Essa adaptação passava sobretudo pela introdução do *Aron*, o Armário Santo ou nicho destinado à *Torah*. Este era, na realidade, o único equipamento imprescindível numa Sinagoga³⁹. Portugal possui um magnífico exemplo de um edifício que, tendo sido construído com outros fins, acabou por albergar uma Sinagoga. Referimo-nos à Sinagoga de Castelo de Vide, uma construção de arquitectura muito simples, de dois pisos e com portas de arco quebrado, que foi erguida com fins habitacionais e acabou por ser adaptada a

³³ Vd. N. Fernandez Marcos, "Sinagoga e Iglesia Primitiva: Arquitectura e Institución", *Sefarad*, vol. 53 (1), Madrid, CSIC, 1993, pp. 47-49. Nos edifícios de planta basilical com abside, era nesta que se localizava a Arca ou *Aron*.

³⁴ Vd. J. M. dos Santos Simões, *Tomar e a sua Judiaria*, Tomar, 1943. A Sinagoga de Tomar apresenta planta quase quadrada (com 9,5 x 8,2 m), com quatro colunas definindo nove abóbadas de aresta. A acústica da Sinagoga de Tomar, com o seu curioso sistema de vasos embutidos nas paredes, junto dos ângulos, confirma que era no centro do templo, no espaço delimitado pelas quatro colunas, que se localizava a *Tebah* ou *Bimah*, o local onde era realizada a leitura.

³⁵ Vd. o clássico estudo de Francisco Cantera Burgos, *Sinagogas Espanolas*, Madrid, CSIC, 1955 (reimpressão, Madrid, CSIC, 1983), p. 3 e ss.. A Sinagoga de Córdoba tem planta quadrada quase perfeita, com 6,95 x 6,37 m. Na sua parede oriental rasga-se uma câmara destinada à Arca, com 1,80 x 1,30 m (*op. c/t*, p. 8 e 17). A sua reconstrução remonta ao Séc. XIV.

³⁶ Francisco Cantera Burgos, *op. c/í.*, p. 56 e ss.

³⁷ Francisco Cantera Burgos, *op. c/t*, p. 65 e ss.

³⁸ Bernhard Blumenkranz afirma mesmo que em França a maioria das Sinagogas medievais não eram edifícios construídos *ad hoc*, mas simples casas ou partes de casas já existentes, que foram sumariamente adaptadas para esse fim - cf. B. Blumenkranz, "Les Synagogues", *Art et Archéologie des Juifs en France Medieval*, Toulouse, Privat Editeur, 1980, pp. 52-53.

³⁹ Bernhard Blumenkranz sublinhou como no caso da Sinagoga Nova de Montpellier, criada em 1359, os Judeus se limitaram a adquirir uma casa na qual criaram "um armário santo, ricamente ornado e artístico" (B. Blumenkranz, "Les Synagogues", *Art et Archéologie des Juifs en France Medieval*, Toulouse, Privat Editeur, 1980, pp. 50-51).

Sinagoga. O edifício, de gaveto, apresenta no primeiro andar dois compartimentos com entradas autónomas: um, voltado a Leste, onde se encontra o *Aron* e onde os homens se reuniam todos os Sábados para assistir à leitura do Pentateuco; outro, comunicando com o compartimento principal por meio de pequeno nicho, destinado às mulheres. No entanto, devemos ressaltar que, no caso de Castelo de Vide, o facto da sua Sinagoga se localizar num edifício que não foi construído de raiz para esse fim não deve ser resultado de uma comunidade sefardita reduzida e com poucos recursos. Na realidade, a confiar na extensão da sua Judiaria, a *aljama* de Castelo de Vide até devia ser bastante numerosa. Aqui os motivos devem ter sido de outra natureza: esta comunidade, que se viu substancialmente ampliada com a chegada de novos membros depois de 1492, não deve ter tido tempo de erguer uma nova Sinagoga nos quatro anos que mediarão até à promulgação do decreto de expulsão, assinado por D. Manuel I em 1496. No caso de Castelo Mendo parece claro que os motivos que explicam a natureza da construção onde se localiza o *Aron* são distintos. Na realidade, os elementos cronológicos que são facultados pela fachada do edifício e pela ornamentação do Anuário Sagrado garantem uma cronologia que é seguramente mais de meio século posterior ao decreto de D. Manuel I. Desta forma, os vestígios judaicos de Castelo Mendo correspondem a uma fase de clandestinidade, onde o culto não podia ser realizado num espaço "excessivamente" especializado, que fosse facilmente reconhecido como um espaço de culto hebraico. Nesse contexto, a privacidade de uma habitação particular seria a opção mais recomendável.

O *Aron* de Castelo Mendo é, como se pode verificar, um testemunho do máximo interesse histórico, que ultrapassa em muito o simples facto de se tratar de um novo testemunho sefardita a ser identificado em território português. Na realidade, as características estilísticas e cronológicas conferem a este *Aron* um interesse histórico redobrado. Ele revela-nos não só uma página mal conhecida da vida de Castelo Mendo como ajuda a lançar um pouco de luz sobre a preservação dos valores culturais pelas comunidades marranas no Portugal de Quinhentos.